

**PLANO DE PAGAMENTO DOS CREDITORES DA FALÊNCIA DE ALCOPAN E OUTROS
PPC**

ANEXO V – MINUTA DE EDITAL DE ALIENAÇÃO

PLANO DE PAGAMENTO DOS CREDORES DA FALÊNCIA DE ALCOPAN E OUTROS PPC

EDITAL DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS POR MEIO DE CERTAME JUDICIAL NA MODALIDADE PROPOSTA FECHADA. Falência Nº 0000075-41.2009.8.11.0002. 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE/MT. Edital extraído dos autos n.º 0000075-41.2009.8.11.0002, (“Falência”) do processo de Falência de Alcopan, Transdiamantino, Médio Norte, Agro-Industrial Irmãos Zulli, Comércio de Derivados de Petróleo, Zulli Diesel, Zulli Viagens, Agizul-Armazés, Auto Posto e Lanchonete, Silvio, Nicola, Rubnens e Enio, conjuntamente (“Grupo Alcopan” ou “Grupo Zulli”) (“Falidos”), cujo o Plano de Pagamento aos Credores (“Plano”) juntado em [•], no ID [•] dos autos Falência, prevendo a forma de alienação de ativos, foi homologado judicialmente (“PPC”).

Nos referidos autos, o Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Várzea Grande/MT (“Juízo da Falência”), na forma da Lei, FAZ SABER a quem o presente edital vir ou dele conhecimento, a realização do certame judicial mediante apresentação de propostas fechadas (“Processo Competitivo”), com amparo nos Artigos 60, 141 e 142, II da Lei n.º 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 (“Lei de Recuperação Judicial”), do Lote [•] de Ativos constituída mediante autorização judicial e abaixo descrita.

Desta forma, serve o presente Edital para promover e estabelecer as condições para o Processo Competitivo para venda indivisível do Lote [•], ficando todos os interessados cientificados de que poderão participar do certame judicial por meio de apresentação de propostas fechadas para aquisição do Lote [•], desde que atendidos os requisitos mínimos para tanto, conforme definido no PPC e indicado no presente Edital.

Objeto. Este Edital tem por objeto a alienação, por meio de envelope fechado, a Alienação de Ativos composto por Ativos Móveis e Imóveis na forma em que se encontram e que, em conjunto compõem a totalidade e a integralidade do Lote [•], conforme específica e exaustivamente elencados a seguir:

- (i) **Ativos Imóveis**
 - a) [descrição do imóvel] [ônus do imóvel]
- (ii) **Ativos Móveis**
 - a) [descrição dos bens Móveis]

Valor de Avaliação do Lote [•]: R\$ [•].

Forma de Venda. O Lote [•], este será alienado indivisivelmente, na modalidade de envelope fechado, a ser protocolado na secretaria do Juízo da Falência, e somente poderá ser feito por proponente previamente habilitado, de acordo com as condições de alienação estabelecidas no PPC e refletida neste edital, nos termos dos artigos 60, 141 e 142 todos da LRF.

Preço mínimo. Valor igual ao valor de avaliação do Lote[•]

Requisitos mínimos do Proponente. Apenas poderão participar do processo competitivo, os Proponentes com comprovada capacidade financeira de compra e idoneidade negocial, mediante a disponibilização de demonstrações financeiras, atos societários, declaração do imposto de renda (caso pessoa física), cópia de documento pessoal e demais documentos necessários para a avaliação creditícia e cumprimento das normas regulatórias aplicáveis, como, certidões negativas das esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como cível e criminal.

Habilitação de Proponente. Para participação no certame será necessária a prévia habilitação do Proponente mediante protocolo nos autos da Falência, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após a publicação deste edital de venda, atendendo-se minimamente aos requisitos acima indicados, bem como declarando-se ciente que incorrerá em multa e indenização em caso de inadimplemento de suas obrigações com relação à proposta a ser apresentada. Os Credores

PLANO DE PAGAMENTO DOS CREDORES DA FALÊNCIA DE ALCOPAN E OUTROS PPC

listados no QGC da Falência, serão dispensados de prévia habilitação para participação do processo competitivo de alienação da UPI, bastando a apresentação da Proposta nos termos previstos neste Edital.

Forma de pagamento da Proposta. O valor da proposta poderá ser adimplido pelo Proponente mediante depósito judicial nos autos da Falência, ou com utilização do seu próprio Direito de Crédito detido contra a Massa Falida.

O valor da Proposta poderá ser parcelada em até 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com início dos pagamentos em até 15 (quinze) dias corridos após a data da arrematação.

Os Credores que utilizarem seus créditos para apresentarem Proposta deverão utilizá-lo respeitando a sua classe e a observância da quitação das classes anteriores, observando-se o estipulado na Cláusula 2.2.5.2.2. do PPC ademais as Propostas com utilização de crédito não poderão ser inferiores ao valor de avaliação do Lote, ainda, que o valor do crédito seja apenas uma parte da composição do lance.

Os terceiros interessados poderão dar lance considerando o Crédito de uma outra personalidade Credora desde que na habilitação para participação do certame apresente documento onde o Credor conceda ao Proponente a sua utilização nos termos do PPC e deste edital de alienação, podendo inclusive utilizar créditos de vários Credores distintos e de diversas classes, desde que observado o disposto na clausula 2.2.5.2.2. do PPC.

Em prestígio ao tratamento paritário entre os Credores, a responsabilidade de quitação proporcional da classe em dinheiro do Credor Proponente que utilizar seus Créditos como forma de pagamento será exigida somente nos seguintes casos, acumuladamente: (i) não exista disponibilidade no caixa da massa falida para quitação dos credores em igual ou melhor preferência de recebimento; e (ii) o credor já esteja incluído no QGC da Falência, de forma definitiva, na data de publicação do Edital de Venda Para todos os efeitos desde PPC.

O valor da Proposta ofertada com o Crédito, será abatido proporcionalmente do valor listado em favor do Credor Proponente.

Entrega de Propostas Fechadas. Os Proponentes Habilitados e os Credores Proponentes deverão entregar suas propostas fechadas, em cartório e sob recibo, em envelopes lacrados, no dia e horário estipulados em edital, nos termos do art. 142, § 4º da Lei 11.101/2005. Caso os interessados apresentarem Propostas Fechadas de maneira distinta da prevista no PPC e/ou no Edital de venda, não serão considerados para fins do Processo Competitivo.

Abertura das propostas. Na sessão de abertura das Propostas Fechadas, a ser realizada na data e local indicados no Edital, o MM. Juiz ou Serventuário da Justiça designado pelo Juízo, acompanhado do Síndico e do membro do Ministério Público, caso queira, (a) promoverá a abertura das propostas fechadas para a aquisição do Lote, as quais serão avaliadas e processadas de acordo com os critérios previstos neste PPC; (b) verificará se todas as condições previstas neste Edital foram cumpridas pelas Propostas Fechadas; (c) anunciará a proposta mais vantajosa, levando em consideração o atendimento das condições do PPC e abrirá prazo imediato para os demais habilitantes, que preencham os requisitos mínimos, cobrirem a melhor proposta; (d) ato contínuo anunciará a proposta vencedora nos termos do PPC e do respectivo edital.

Declaração da Proposta Vencedora. Ao final desse procedimento será declarada pelo MM. Juízo ou serventuário por ele designado, a proposta vencedora, que será aquela que obtiver o maior Valor Presente para a aquisição da UPI e respeitado o Preço Mínimo, conforme definido nos termos deste PPC. Para fins de comparação as propostas a prazo serão trazidas a valor presente, observando-se a preferência das propostas à vista, conforme art. 895, §7º, do CPC.

Hipoteca Judicial. Na hipótese da proposta vencedora for parcelada e não prever o pagamento à vista da integralidade do lote arrematado, na decisão de homologação da arrematação, o Juízo da Falência deverá constituir hipoteca judicial sobre a integralidade dos bens que compõe o respectivo lote, como forma de garantia do fluxo de pagamentos.

PLANO DE PAGAMENTO DOS CREDORES DA FALÊNCIA DE ALCOPAN E OUTROS PPC

O não pagamento de qualquer parcela de eventual proposta parcelada importará no desfazimento e cancelamento da arrematação, devendo o arrematante devolver voluntariamente os bens arrematados ou o Síndico deverá tomar as medidas judiciais cabíveis para reaver a integralidade dos bens que compuseram o lote arrematado. Sobre eventuais pagamentos realizados pelo arrematante, a Massa Falida reterá a título de multa 20% (vinte por cento) e devolverá o saldo em 10 (dez) parcelas iguais, anuais e consecutivas corrigidas pela Taxa Referencial.

Não Sucessão. Os bens objetos do leilão estarão livres de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações dos Falidos de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista e criminal, conforme art. 141, II, da LRF.

Auto e Carta de Arrematação. Observado os termos para eventual impugnação à alienação previsto no art. 143 da LRF, a Proposta Vencedora será objeto de homologação pelo Juízo da Falência, que deverá homologá-la e determinar no mesmo ato a expedição do auto e da carta de arrematação, conforme arts. 901 §§ 1º e 2º e 903, caput e § 3º, todos do CPC, nos termos do modelo de carta de arrematação que acompanha o PPC no Anexo IV.

O Processo Competitivo será realizado em lote indivisível para a venda, mas para fins de possibilitar o devido registro dos Ativos, deve ser expedida uma a carta de arrematação para cada matrícula, ou, parte ideal da matrícula que compõe o lote arrematado, constando o valor individual de cada bem, conforme cláusula 4.4.10.2. do PPC.

Excetua-se da expedição de várias cartas de arrematação os bens móveis, que, para tanto, deverá ser expedida apenas uma carta para o conjunto de bens integrantes do respectivo lote.

Caberá ao Arrematante distribuir o valor global da Proposta Vencedora dentre os bens arrematados, com atribuição de valores a todos os bens individualmente considerados, a seu único e exclusivo critério, e informar ao Juízo da Falência em até 5 (cinco) Dias Úteis após a homologação da Proposta Vencedora, para que a informação seja utilizada no momento da expedição das cartas de arrematação individualizadas.

Imissão na posse. Será expedido o mandado de imissão na posse em favor do Arrematante, com fundamento no Art. 903, § 3º do NCPC.

Certidões Negativas. Fica a dispensada da apresentação de certidões negativas para fins de registro e transferência da propriedade, conforme autorizado pelo art. 146 da LRF.

Da delimitação das áreas. Será reconhecida como suprida a anuência dos confrontantes e confinantes, nos termos do Art. 176, § 13 da Lei nº 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos), tendo em vista a existência de laudo técnico e memorial descritivo que comprovam a exata localização geográfica dos bens, em conformidade com as matrículas apresentadas, bem como a publicidade ofertada com a publicação do edital de leilão das áreas.

Certificação das áreas. Na decisão de homologação da arrematação, deverá ser determinada a implementação de marcos geodésicos, a certificação no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do registro do memorial descritivo e do laudo de georreferenciamento, referente a área total da matrícula no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do INCRA, conforme previsto no Art. 176, §3 e Art. 225, § 3º da Lei nº 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos), uma vez que o imóvel rural atende a todos os requisitos técnicos e legais para a regularização georreferenciada;

Desmembramento das matrículas. Na hipótese da cláusula 4.3.1, para viabilizar o registro da Arrematação, deverá ser determinado ao Cartório de Registro de Imóveis competente a abertura uma nova matrícula contendo a fração ideal arrematada, com base no memorial descritivo contido na Carta de Arrematação e no laudo de georreferenciamento aprovado. A matrícula originária permanecerá com a área remanescente.

Da regulamentação ambiental. Na decisão que homologar a arrematação, também será determinado o registro do

PLANO DE PAGAMENTO DOS CREDORES DA FALÊNCIA DE ALCOPAN E OUTROS PPC

imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos termos do Art. 9º Lei Complementar Estadual nº 592/2017, incluindo a reserva legal e as áreas de preservação permanente (APP), se houver. Considerando a apresentação do memorial descritivo e do laudo técnico que comprovam a conformidade ambiental da área, e tendo em vista a determinação de certificação no INCRA, caso alguma situação se enquadre o art. 11 da LC 592/2017, aplicar-se-á o art. 22, I da mesma Lei.

Dispensa de Publicação de Anexos. Em virtude do extenso número de caracteres, as matrículas indicadas no Objeto deste Edital são, para ciência dos interessados, apenas juntados aos autos da Falência e disponibilizados no endereço eletrônico do Síndico.

E, para que chegue ao conhecimento geral e produza os efeitos pretendidos, é expedido o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei.

Várzea Grande-MT, aos [•] de [•] de 2025.